

# Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**  
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP) Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Juno Participações e Investimentos S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Juno Participações e Investimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Juno Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Bragatto  
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	1	6.698
Outros créditos		577	644
Investimento destinado a venda	4	48.773	45.494
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>49.351</b>	<b>52.836</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>49.351</b>	<b>52.836</b>

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		-	4
Obrigações fiscais		7	7
Dividendos a pagar	5	10.705	19.877
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>10.712</b>	<b>19.888</b>
Patrimônio líquido	6		
Capital social	6.a	94	92
Reserva de lucros		35.847	32.854
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.698	2
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>38.639</b>	<b>32.948</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>49.351</b>	<b>52.836</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas gerais e administrativas	7	(4.424)	(442)
<b>Lucro operacional</b>		<b>(4.424)</b>	<b>(442)</b>
Receita financeiras		744	1.590
Despesas financeiras		(24)	(28)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	8	<b>720</b>	<b>1.562</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<b>(3.704)</b>	<b>1.120</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	-	(201)
<b>Lucro líquido de operações em continuidade</b>		<b>(3.704)</b>	<b>919</b>
Lucro líquido de operação descontinuada	4	46.525	42.862
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.821</b>	<b>43.781</b>
Lucro por ação	6	455,54	475,88
Lucro por ação de operações em continuidade	6	(39,41)	9,99
Lucro por ação de operação em descontinuidade	6	494,95	465,89

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Lucro líquido do exercício	42.821	43.781
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b>42.821</b>	<b>43.781</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Reserva de lucros					Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>92</b>	<b>18</b>	<b>33.280</b>	-		<b>1</b>	<b>33.391</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-		1	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.781		-	43.781
Destinações:							
Dividendos	5/6.d	-	-	(10.945)		-	(10.945)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	32.836	(32.836)		-	-
Dividendos adicionais propostos	5/6.d	-	(33.280)	-		-	(33.280)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>92</b>	<b>18</b>	<b>32.836</b>	-		<b>2</b>	<b>32.948</b>
Aumento de capital	2	-	-	-		(2)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-		2.698	2.698
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.821		-	42.821
Destinações:							
Constituição de reserva legal		1	-	(1)		-	-
Dividendos	5/6.d	-	(32.836)	-		-	(32.836)
Dividendos propostos		-	-	(10.705)		-	(10.705)
Constituição de reserva de retenção de lucros	5/6.d	-	32.115	(32.115)		-	-
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	5/6.d	-	3.713	-		-	3.713
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>94</b>	<b>19</b>	<b>35.828</b>	-		<b>2.698</b>	<b>38.639</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.704)	1.120
Equivalência patrimonial		-
Diminuição (aumento) nos ativos		
Outros créditos	67	(137)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	(4)	4
Obrigações fiscais	-	(331)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(3.641)</b>	<b>656</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	43.246	37.852
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>43.246</b>	<b>37.852</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.698	1
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(49.000)	(39.012)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(46.302)</b>	<b>(39.011)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.697)</b>	<b>(503)</b>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.698	7.201
No fim do exercício	1	6.698
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.697)</b>	<b>(503)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A Juno Participações e Investimentos S.A. (“Juno” ou “Companhia”) foi constituída em 30 de janeiro de 2013 com a denominação Juno Participações e Investimentos S.A., sob a forma de uma sociedade anônima fechada, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A sede da Companhia fica localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 1402, na Cidade de São Paulo/SP.

A Companhia possui participação nas sociedades Tijoá, descritas abaixo.

### **a) Tijoá:**

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km<sup>2</sup> e possui duas eclusas para navegação.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser leiloada nos termos da Lei nº 12.783/13. O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), com 49,9%, e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (“FIP Constantinopla”), com 50,1%.

Em 10 de setembro de 2014 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Juno concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá. Com a extinção do FIP Constantinopla em julho de 2016, a Companhia passou a ter participação direta no negócio.

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Adicionalmente, em 22 de outubro de 2014 foi firmado com o DNIT o Contrato de Operação e Manutenção das Eclusas e de Operação do Canal de Pereira Barreto, para permitir continuidade da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná.

Em 11 de janeiro de 2024, os acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras reunidos em AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Furnas - Centrais Elétricas S.A. (acionista da Companhia). A incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras, após a verificação das condições suspensivas.

### **b) Arbitragem – Juno e Eletrobrás**

Em 1º de agosto de 2019 a Triunfo, controladora da Juno, celebrou contrato de compra e venda de ações (“1º Contrato de Compra e Venda”) com uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds (“Fundo”), cujo objeto era a alienação de 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas controladas Juno, Tijoá e CSE.

Em 03 de agosto de 2020, em substituição ao 1º Contrato de Compra e Venda, a Triunfo celebrou um novo contrato de compra e venda de ações com outra afiliada do Fundo, com o mesmo objeto do anterior (“2º Contrato de Compra e Venda”). O valor da transação permaneceu o mesmo, isto é, R\$169,5 milhões, sujeitos a ajustes usuais deste tipo de operação, e a conclusão da alienação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições.

Em 04 de janeiro de 2021 a Triunfo informou ao mercado a rescisão do referido contrato, tendo em vista que o prazo de conclusão da transação previsto no 2º Contrato de Compra e Venda foi alcançado sem que todas as condições de fechamento tivessem sido cumpridas.

Em 26 de maio de 2021 a subsidiária Juno, controlada da Triunfo e detentora das participações em Tijoá e CSE, recebeu notificação acerca de requerimento de arbitragem apresentado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), em face da Juno, no qual, com base em alegado direito de preferência, pretende forçar a compra da participação da Juno. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Tijoá está mantida no investimento em função da intenção da administração da Companhia em manter a sua participação societária.

Em 05 de dezembro de 2024 foi proferida sentença pelo Tribunal Arbitral constituído no âmbito do procedimento arbitral nº 36/2021/SEC6, conduzido perante a Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá – CCBC, que tratou da controvérsia relacionada ao suposto exercício do direito de preferência por Furnas – posteriormente sucedida por Eletrobras - no âmbito da alienação das ações da Tijoá Participações e Investimentos S.A. Nos termos da sentença, o Tribunal Arbitral, por maioria, determinou que a Juno Participações e Investimentos S.A. pratique os atos necessários à alienação, em favor da Eletrobras, das ações de emissão de Tijoá, dando curso às tratativas e entendimentos que permitissem o fechamento da operação ocorrerse em até 60 (sessenta) dias após a ciência da decisão acerca dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelas partes contra a sentença.

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 13 de fevereiro de 2025 a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, determinou: (i) a transferência das ações de emissão de Tijoá e propriedade de Juno para a Eletrobrás; (ii) a averbação no livro de ações da Tijoá sobre a existência da ação judicial; (iii) a proibição de que Tijoá distribua os dividendos e proventos das ações transferidas, enquanto perdurar a ação.

Em 28 de fevereiro de 2025 foi proferida decisão judicial suspendendo a decisão de 13 de fevereiro do 2025, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

Em 19 de março de 2025 a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro deferiu efeito suspensivo requerido pela controlada Juno nos autos de cumprimento de sentença arbitral, determinando o desfazimento dos atos de transferência das ações de emissão da Tijoá para a Eletrobras, que retornam à propriedade da Juno até o deslinde do feito.

Em 29 de outubro de 2025 foi celebrado com a Axia Energia – antiga Eletrobrás – a alienação da totalidade das ações de emissão da controlada Juno, pelo valor total de R\$ 247 milhões, sujeito a ajustes e condições usuais em operações desta natureza ainda não superadas, com expectativa de conclusão do acordo no segundo trimestre de 2026. Esta operação contempla o encerramento de litígios arbitrais e judiciais existentes entre as partes desde 2021, relativos ao controle de Tijoá.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os investimentos em Tijoá estão apresentados no grupo de investimentos destinados à venda, conforme nota explicativa nº 4.

## **2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas**

### **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis em 31 de março de 2026.

### 2.2. Julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis

A Juno é acionista da empresa Tijoá, com 50,1% de participação acionária, com base no valor de participação da Companhia, e ainda conforme CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto, a Administração concluiu que sua participação acionária não lhe assegura o poder de direcionar as atividades da entidade, uma vez que o acordo de acionistas concede à todas as partes o controle do negócio coletivamente, e decisões relevantes exigem o consentimento unânime ou de um grupo de partes, que coletivamente controlam o negócio.

Conseqüentemente, as investidas não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem como controladas em conjunto.

As controladas em conjunto da Companhia estão apresentadas a seguir:

Companhias	Participação (%)	
	2025	2024
	Direta	Direta
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	50,10%	50,10%

### 2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Políticas contábeis e estimativas materiais da Companhia

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

### Investimentos controlados em conjunto

Os investimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo seu custo de aquisição e posteriormente aumentado e diminuído pelo reconhecimento da participação nos lucros e prejuízos do período gerados pela investida, bem como reduções recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento.

### Provisões para riscos

As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável. As demandas com prognóstico de perda possível são divulgadas em notas explicativas.

### Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### i) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é reconhecida quando um componente da entidade está classificado como mantido para venda e ou um importante segmento da operação foi entregue ao poder concedente dos quais a Companhia não possui obrigações contratuais a partir da entrega deste componente. As operações continuadas são apresentadas em um montante único no resultado e identificadas separadamente das operações em continuidade.

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

### **2.5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025**

#### **2.5.1 Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente**

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. São elas:

- Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
- Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização.
- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não geram impactos nestas demonstrações contábeis.

#### **2.5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e conseqüentemente não têm impacto nestas demonstrações contábeis:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

As seguintes normas estão em fase de avaliação:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48– Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros- Evidenciação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

• CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações da Companhia, vide Nota Explicativa nº 2.5.3.

### **2.5.3 IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras**

Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças:

Classificação e apresentação de resultados

• Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem.

• Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma. • Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação.

Estrutura das demonstrações contábeis

• Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento.

• Inclusão de nova linha do Balanço Patrimonial: Reclassificação do saldo de ágio, que deixará de ser apresentado no ativo intangível e passará a ser apresentado em linha específica do ativo não circulante.

• Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Indicadores, métricas e covenants

• Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional.

• Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

•Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs–Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma.

Status atual e próximos passos

Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras	1	6.698
	<u>1</u>	<u>6.698</u>

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Santander com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). No ano de 2024 e 2025 a aplicação financeira apresentou rentabilidade média de 105% do CDI.

### 4. Investimento controlado em conjunto - Tijoá

Em 05 de dezembro de 2024 foi proferida sentença pelo Tribunal Arbitral constituído no âmbito do procedimento arbitral nº 36/2021/SEC6, conduzido perante a Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá – CCBC, que tratou da controvérsia relacionada ao suposto exercício do direito de preferência por Furnas – posteriormente sucedida por Eletrobras - no âmbito da alienação das ações da Tijoá Participações e Investimentos S.A. Nos termos da sentença, o Tribunal Arbitral, por maioria, determinou que a Juno Participações e Investimentos S.A. pratique os atos necessários à alienação, em favor da Eletrobras, das ações de emissão de Tijoá, dando curso às tratativas e entendimentos que permitissem o fechamento da operação ocorresse em até 60 (sessenta) dias após a ciência da decisão acerca dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelas partes contra a sentença.

Em 13 de fevereiro de 2025 a 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, determinou: (i) a transferência das ações de emissão de Tijoá e propriedade de Juno para a Eletrobrás; (ii) a averbação no livro de ações da Tijoá sobre a existência da ação judicial; (iii) a proibição de que Tijoá distribua os dividendos e proventos das ações transferidas, enquanto perdurar a ação.

Em 28 de fevereiro de 2025 foi proferida decisão judicial suspendendo a decisão de 13 de fevereiro do 2025, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o investimento controlado em conjunto referente a participação de Tijoá está sendo apresentado como investimento destinado à venda.

a) Investimento destinado a venda (controlada em conjunto)

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Outras (i)	Investimento em 31/12/2025
Tijoá	84.474	50,1%	42.321	6.452	48.773
<b>Total Investimentos</b>	<b>84.474</b>		<b>42.321</b>	<b>6.452</b>	<b>48.773</b>

b) Investimento permanente (controlado em conjunto)

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Outras (i)	Investimento em 31/12/2024
Tijoá	77.928	50,1%	39.042	6.452	45.494
<b>Total Investimentos</b>	<b>77.928</b>		<b>39.042</b>	<b>6.452</b>	<b>45.494</b>

- (i) Ágio na aquisição do FIP Constantinopla, detentor original do controle intermediário da controlada em conjunto Tijoá. Realizamos análise de recuperabilidade para o saldo de investimento em 31 de dezembro de 2025 e não identificamos perda em seu valor recuperável.

c) Movimentação de investimento destinado à venda

Investimento	Investimentos em 31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	Investimentos em 31/12/2025
Tijoá	45.494	46.525	(43.246)	48.773
<b>Total Investimentos</b>	<b>45.494</b>	<b>46.525</b>	<b>(43.246)</b>	<b>48.773</b>

d) Movimentação de investimento permanente

Investimento	Investimentos em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	Dividendos a receber	Investimentos em 31/12/2024
Tijoá	36.474	42.862	(33.842)	-	45.494
<b>Total Investimentos</b>	<b>36.474</b>	<b>42.862</b>	<b>(33.842)</b>	<b>-</b>	<b>45.494</b>

  

Investimento	Investimentos em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	Investimentos em 31/12/2024
Tijoá	36.474	42.862	(33.842)	45.494
<b>Total Investimentos</b>	<b>36.474</b>	<b>42.862</b>	<b>(33.842)</b>	<b>45.494</b>

e) Saldos de ativo, passivo e resultado de investimento destinado a venda em 31 de dezembro de 2025

31 de dezembro de 2025						
Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Tijoá	71.115	94.377	57.533	23.485	84.474	92.864

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

### f) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024

31 de dezembro de 2024						
Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Tijoa	54.956	95.277	39.473	32.832	77.928	85.555

### 4.1 Resultado líquido de operações descontinuadas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Operacionais Líquidas (Resultado de equivalência patrimonial)	46.525	42.862
<b>Resultado das atividades operacionais</b>	<b>46.525</b>	<b>42.862</b>
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas</b>	<b>46.525</b>	<b>42.862</b>

### 4.2 Fluxos de caixa proveniente das (aplicado nas) operações descontinuadas

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	43.246	37.852
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(49.000)	(39.012)
<b>Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas</b>	<b>(5.754)</b>	<b>(1.160)</b>

### 4.3 Efeito sobre a posição patrimonial/financeira de operações descontinuadas

	31/12/2025	31/12/2024
Investimento destinado a venda	48.773	45.494
<b>Ativos e passivos líquidos</b>	<b>48.773</b>	<b>45.494</b>

## 5. Dividendos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	19.877	14.664
Dividendos adicionais ano anterior	32.836	33.280
(-) Dividendos pagos	(49.000)	(39.012)
Reversão de dividendos propostos para reserva especial de dividendos	(3.713)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	10.705	10.945
	<b>10.705</b>	<b>19.877</b>

Foram distribuídos em 2025 R\$ 49.000 (R\$ 39.012 em 2024) em dividendos para a controladora. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 10.705 (R\$ 19.877 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores não distribuídos foi revertido ao patrimônio líquido para compor a reserva especial de dividendos.

## 6. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, o capital social subscrito está composto por ações, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuída entre as acionistas:

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31/12/2025		
	Subscritas	Integralizadas	%
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	94	94	100,00
Total	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>100,00</b>

  

	31/12/2024		
	Subscritas	Integralizadas	%
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	92	92	100,00
Total	<b>92</b>	<b>92</b>	<b>100,00</b>

### b) Lucro por ação

	31/12/2024	31/12/2024
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações	<b>46.525</b>	43.781
Denominador		
Média ponderada de ações	<b>94</b>	92
Resultado por ação – básico	<b>455,54</b>	475,88
Resultado por ação de operações em continuidade - básico	<b>(39,40)</b>	9,99
Resultado por ação de operação descontinuada – básico	<b>494,95</b>	<b>465,89</b>

### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### d) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 registrado o montante de R\$10.705 (2024 – R\$ 19.877). A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída a reserva especial de dividendos com o saldo de dividendos não obrigatórios que não foram distribuídos. Qualquer excesso é mantido no patrimônio líquido até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Na Assembleia Geral dos Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2025 foi deliberada a distribuição de R\$ 32.836 (2024 – R\$ 33.280), como dividendo adicional proposto.

## 7. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Honorários advocatícios (i)	2.955	366
Custas judiciais (i)	1.435	3
Outros	34	73
	<b>4.424</b>	<b>442</b>

(i) Honorários advocatícios e custas judiciais relativos ao processo arbitral com Axia – (ex Eletrobrás), conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

## Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

### 8. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicação financeira	744	1.590
	<b>744</b>	<b>1.590</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Outros juros, multas e despesas bancárias	(24)	(28)
	<b>(24)</b>	<b>(28)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>720</b>	<b>1.562</b>

### 9. Imposto de renda e contribuição social

#### b) Imposto de renda e contribuição social - resultado

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	2025	2024
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(3.704)</b>	<b>1.120</b>
Alíquota nominal	<b>34%</b>	<b>34%</b>
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	<b>(1.259)</b>	<b>(381)</b>
Adições e exclusões permanentes	-	93
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.259	87
	-	<b>(201)</b>
<b>(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	-	<b>(201)</b>
<b>Alíquota efetiva (i)</b>	-	<b>18%</b>

- (i) A alíquota efetiva em 2025 e 2024 está distorcida, principalmente, pela não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão de incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

### 10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

#### Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

## **Juno Participações e Investimentos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos e mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

### *Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro*

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

#### **a) Risco de mercado**

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

#### **b) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

#### **c) Risco de crédito**

A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

## **Diretoria**

Carlo Alberto Bottarelli

**Diretor Presidente**

Roberto Solheid da Costa de Carvalho

**Diretor Administrativo Financeiro**

## **Contador**

Daniel Fernandes

CRC SP 240382/O-6